

Esta é a versão em html do arquivo <http://200.140.165.207/PDFs/2005112810114.pdf>.

Google cria automaticamente versões em texto de documentos à medida que vasculha a web.

Para criar um link para esta página ou armazenar referência a ela, use: <http://www.google.com/search?q=cache:-LKpGxV3fnQJ:200.140.165.207/PDFs/2005112810114.pdf+mis%C3%A9ria+FGV+2004&hl=pt-BR>

*O Google não é associado aos autores desta página nem é responsável por seu conteúdo.*

Os seguintes termos de pesquisa foram destacados: **miséria fgv 2004**

Page 1

## CLIPPING

GAZETA  
MERCANTIL

## Assessoria de Imprensa

Editoria:  
NACIONAL

Pág. Dia / Mês / Ano:  
28/NOVE

### Pobreza diminuiu 7% em 2004, revela a FGV

Rio, 28 de Novembro de 2005 - O Índice de Gini, que mede concentração de renda, recuou para 0,559, segundo a Pnad/IBGE. A pobreza no Brasil recuou no ano passado cerca de 7%, a maior queda desde 1992, de acordo com a pesquisa "Miséria em Queda", realizada pelo Centro de Políticas Sociais – instituição vinculada ao Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os dados consolidados deste trabalho serão divulgados hoje, no Rio, pelo especialista Marcelo Cortes Néri, chefe da área social da FGV.

Este é o primeiro estudo sobre a pobreza brasileira a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004 (Pnad-2004), lançada sexta-feira pelo IBGE. A FGV foi a primeira instituição a mapear o aumento da pobreza em 2003. A nova pesquisa demonstra, em primeira mão, uma queda espetacular da pobreza, movida pelo aumento da ocupação, redução da desigualdade de renda e pelo aumento de transferências do Estado em 2004.

Néri conclui que acabou a inércia da concentração de renda no Brasil. A pobreza, segundo ele, passou a atingir 25,3% da população brasileira em 2004, depois de alcançar 27,3% em 2003. E foi graças à melhora na distribuição de renda que a **miséria** diminuiu, pois, para o recuo de 7%, a ligeira aproximação entre ricos e pobres contribuiu com 4,2 pontos percentuais. Outros 2,8 pontos percentuais devem-se ao forte crescimento da economia em 2004, de 4,5%.

A FGV trabalha com uma linha de pobreza similar aos padrões internacionais, de R\$ 120 por mês para cada cidadão. Quem recebe menos

que isso é considerado pobre ou miserável.

"Num país em que praticamente nunca houve distribuição de renda, a redução da concentração é expressiva se comparada aos anos mais recentes, e ainda mais acentuada se toda a série histórica for considerada", constata Néri. Ele acrescenta que na década de 1960 os brasileiros viveram um acirramento dos contrastes entre ricos e pobres. "Mesmo sendo muito grande, a queda da concentração de renda em **2004** ainda está subestimada pelo IBGE", afirma.

De acordo com a Pnad/IBGE, o Índice de Gini, que mede a concentração de renda, recuou para 0,559 em **2004**, depois de se situar em 0,566 em 2003 e em 0,573 em 2002. Com escala de 0 a 1, esta metodologia estabelece que, quanto mais o índice se aproxima de 1, maior é a concentração da renda. A queda nos dois últimos anos é de 1,4 ponto percentual, já que em 2002 a escala apontava 0,573. De 2001 a 2002 a concentração de renda chegou a crescer. E de 1998 até 2002, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, a redução da desigualdade foi de apenas 0,3 ponto percentual. De

---

Page 2

**CLIPPING**  
GAZETA  
MERCANTIL

**Assessoria de Imprensa**  
Editoria:  
NACIONAL

Pág. Dia / Mês / Ano:  
28/NOV/04

1995 a 1998, em plena euforia do Plano Real, o Índice de Gini caiu somente 0,8 ponto percentual.

Distribuição melhor

A distribuição de renda no ano passado foi a maior dos últimos 23 anos. A redução da desigualdade nos dois primeiros anos do governo Lula se deu num ritmo 50% maior do que nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Nos últimos anos, a concentração de rendimentos estava praticamente estacionada.

"Em **2004**, o Índice de Gini da distribuição dos rendimentos do trabalho atingiu o mais baixo resultado desde 1981", segundo a Pnad. Desta vez, a desigualdade diminuiu graças aos ganhos dos mais pobres e não somente por causa da perda dos ricos, como vinha ocorrendo.

De 2003 para **2004**, os 50% dos trabalhadores mais pobres conseguiram

aumento de 3,2% nos salários. No mesmo período, a média dos rendimentos ficou estacionada (em R\$ 730) e os 50% mais ricos sofreram perda de 0,6%.

O presidente do IBGE, Eduardo Nunes, destaca que, embora contínua nos últimos doze anos, a divisão da riqueza ainda é insuficiente para livrar o Brasil da fama de país desigual. "Esse recuo não é tão expressivo assim. Nenhuma das 15 economias maiores do mundo apresenta indicadores de desigualdade tão elevados", disse Nunes.

Néri explica que o Índice de Gini para rendimentos do trabalho não considera os programas sociais, como o Bolsa Família, com transferências de renda intensificadas em **2004**. O dado do IBGE também não leva em conta outro fator que inibiu a desigualdade social: o número de trabalhadores sem remuneração caiu de 1,5% para 1,1% de um ano para outro.

A distribuição de renda foi maior no Sudeste, onde a concentração despencou 1 ponto percentual, de 0,543 para 0,533 na escala de Gini. No Sul também caiu, de 0,535 para 0,530. Na região Norte, a queda da desigualdade foi de 0,534 para 0,527. Na contramão, o Centro-Oeste foi a única região que aumentou a desigualdade social no ano passado. A concentração de renda no Mato Grosso, Paraná e Mato Grosso do Sul foi 0,570 na escala do Índice de Gini.

Nunes destacou outros pontos positivos da pesquisa do IBGE. "Vemos uma melhoria nos indicadores sociais, na taxa de analfabetismo, no mercado de trabalho, com formalização do emprego e na ocupação".

A economia abriu mais 2,7 milhões de empregos no ano passado em todo o País. O crescimento, de 3,3% em relação a 2003, foi suficiente para a ocupação retomar o patamar de postos de trabalho de meados da década

passada, mas ainda não foi o bastante para voltar aos níveis do início dos anos 1990.

Em 1992, 57,5% dos brasileiros acima de 10 anos tinham emprego. Em

1996, a parcela caiu para 55,1%, atingindo 56,3% em **2004**. O aumento da ocupação, entretanto, esbarra na qualidade dos postos de trabalho. Todas as categorias de empregados conseguiram mais vagas, mas foi a de trabalhadores sem carteira a que mais cresceu: 7,8%. O aumento do emprego formal (sem considerar funcionários públicos) foi de 6,3%.

Na Pnad, o IBGE mostra ainda que o trabalho infantil recuou, juntamente com a taxa de analfabetismo, devido à maior frequência de crianças na escola. O total de computadores nas casas subiu 11,2%, bem como o saneamento passou a existir em mais 3,5% dos domicílios. Em cinco anos, a parcela de domicílios sem energia elétrica caiu à metade, para apenas 2,6% de todo o País.